

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE MARIANA PIMENTEL – RS.**

**PROVA DE CONHECIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE COMPÕE
O PROCESSO SELETIVO PARA ELEIÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR (MANDATO 2024-2027)
APLICADA EM 10.07.2023**

NOME LEGÍVEL DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

INSTRUÇÕES GERAIS

Caro candidato(a):

Leia com o máximo de atenção e cumpra, rigorosamente, as instruções que seguem, pois elas são parte integrante da seleção e normas que regem este processo de escolha.

1. Confira o material (grade de respostas e caderno de provas) que lhe foi entregue. Se houver falhas, solicite ao fiscal a correta entrega do mesmo;
2. A presente prova contém 20 questões. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão, caso contrário, solicite ao fiscal a entrega de novo caderno para substituição;
3. É parte integrante desta prova a grade de respostas e, em hipótese alguma, após o início do teste, será substituída;
4. A grade de respostas deverá ser assinada com um “x” e preenchida a caneta, contendo seu nome e assinatura do candidato(a);
5. Cada questão oferece cinco opções, representadas pelas letras A, B, C, D e E. Somente uma das opções constitui resposta correta à formulação proposta;
6. Serão anuladas, na grade de respostas, as questões que contiverem emendas, rasuras ou entrelinhas diferentes;
7. Não amasse, nem dobre a grade de respostas;
8. No caderno de provas você poderá rabiscar, riscar, etc. A mesma deverá ser entregue junto com a grade de respostas para seu arquivamento junto ao CMDCA;
9. Não é permitido fumar, conversar, nem formular perguntas sobre o conteúdo das questões que são parte integrante do teste. Qualquer reclamação a respeito somente será possível posteriormente à sua realização, dirigida a autoridade competente;
10. O candidato terá duas horas para responder à prova;
11. O candidato que necessitar de comprovante de comparecimento à prova, deverá solicitar ao Presidente do CMDCA, ao término do teste.

BOA PROVA!

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE MARIANA PIMENTEL – RS.**

1. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considera-se criança e adolescente para efeitos desta lei:

- a) Criança até 12 anos completos, adolescente de 13 a 18 anos de idade incompletos.
- b) Criança até 12 anos incompletos, adolescente de 12 a 21 anos de idade.
- c) Criança até 12 anos incompletos, adolescente de 12 a 18 anos de idade.
- d) Criança até 11 anos completos, adolescente de 12 a 18 anos de idade.
- e) Criança até 12 anos completos, adolescentes de 13 a 21 anos de idade.

2. A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 137, estabelece que as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pelo (a):

- a) Autoridade Judiciária.
- b) Prefeito Municipal.
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
- d) Delegado.
- e) Defensoria Pública.

3. Com base no artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar que em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto por cinco membros, escolhidos pela população local para o mandato de:

- a) Três anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- b) Dois anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- c) Quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- d) Quatro anos, sem possibilidade de recondução.
- e) Três anos, permitida uma única recondução por igual período.

4. Com base no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão os casos ao Conselho Tutelar, **exceto** em relação a:

- a) Maus tratos envolvendo seus alunos.
- b) Notas abaixo da média.
- c) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- d) Elevados níveis de repetência.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

5. Considerando o Art. 19 da Lei no 8.069/90, complete com a alternativa correta:
“É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente,

_____, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”

- a) Em família substituta.
- b) Nos Serviços de Acolhimento.
- c) Em lares provisórios.
- d) Por outros parentes.
- e) Em residências inclusivas.

6. O ECA, em seu artigo 21, estabelece que o poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, com:

- a) Prioridade da Mãe.
- b) Prioridade do Pai.
- c) Prioridade do mais velho.
- d) Igualdade de condições.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

7. São consideradas medidas socioeducativas aplicadas à adolescente que praticou ato infracional, EXCETO:

- a) Advertência.
- b) Prestação de serviço à comunidade.
- c) Prisão.
- d) Obrigação de reparar o dano.
- e) Liberdade assistida.

8. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 98, estabelece as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados:

- a) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- b) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- c) Em razão de sua conduta.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.
- e) Somente quando houver abuso da família.

9. O artigo 131 da Lei Federal n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o Conselho Tutelar é um órgão:

- a) Jurisdicional, autônomo, que zela pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, definidos no ECA.
- b) Autônomo, não jurisdicional, que zela pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, definidos no ECA.

- c) Jurisdicional, aplicador de medidas sócio educativas.
- d) Órgão temporário e autônomo, definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

10. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marque a resposta INCORRETA:

- a) A carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do poder familiar.
- b) É proibida a hospedagem de criança e adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsáveis.
- c) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- d) É proibido qualquer trabalho a menores de 18 anos, mesmo na condição de aprendiz.
- e) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

11. É correto afirmar que, sobre a venda de produtos e serviços, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a proibição de venda às crianças ou adolescentes de:

- a) Armas, munições e explosivos.
- b) Bebidas alcoólicas.
- c) Bilhetes lotéricos ou equivalentes.
- d) Fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- e) Todos os itens descritos nas alternativas anteriores estão corretos.

12. Com base no artigo 39 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da adoção, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- b) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- c) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- d) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito anos), independentemente do estado civil.
- e) É permitida a adoção por procuração.

13. De acordo com o artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as entidades não-governamentais de atendimento à criança e adolescente somente poderão funcionar depois de registradas no(a):

- a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- b) Conselho Tutelar.
- c) Ministério Público.
- d) Juizado da Infância e da Adolescência.
- e) Promotoria de Justiça.

14. A respeito do poder familiar dos pais, assinale a opção correta:

- a) A perda do poder familiar poderá ser decretada pelo conselho tutelar do município no caso de descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos.
- b) O poder familiar será exercido apenas pelo pai, a quem compete prover o sustento e o bem-estar da família.
- c) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar; nesse caso, a família deverá ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.
- d) O fato de a mãe e o pai terem direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança implica que apenas as crenças e culturas que lhes sejam comuns deverão ser transmitidas às crianças.
- e) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, somente com a morte de um dos pais biológicos é possível iniciar o procedimento para a perda ou suspensão do poder familiar.

15. A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê que, salvo na condição de aprendiz, é proibido qualquer trabalho a menores de:

- a) 12 anos de idade.
- b) 14 anos de idade.
- c) 16 anos de idade.
- d) 17 anos de idade.
- e) 18 anos de idade.

16. Com base no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que NÃO se constitui como uma atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- b) Expedir notificações.
- c) Elaborar estudo social e encaminhá-lo ao judiciário, para instruir processo de guarda.
- d) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- e) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

17. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, estabelece a absoluta priorização na efetivação de direitos infanto-juvenis. Essa garantia de prioridade compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

- b) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- d) Precedência no atendimento nos serviços públicos ou de relevância.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

18. Referente a colocação da criança e do adolescente em família substituta, é CORRETO afirmar que:

- a) Sempre que possível a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado o estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- b) A colocação em família substitua pode ser realizada sem autorização judicial.
- c) Devido às dificuldades encontradas pelas famílias para a adoção de mais de uma criança, a separação de irmãos no processo de adoção é uma questão inevitável.
- d) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida normal e regular, admissível em qualquer modalidade.
- e) Nos casos de crianças e adolescentes indígenas, não serão consideradas sua identidade social e cultural, costumes e tradição.

19. São considerados inimputáveis (quem não pode ser responsabilizado como adulto pelos seus atos) e, portanto, sujeitos apenas às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA as pessoas menores:

- a) Dezesesseis anos.
- b) Quatorze anos.
- c) Vinte e um anos.
- d) Dezoito anos.
- e) Quinze anos

20. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 136, Conselho Tutelar tem como uma de suas atribuições:

- a) Afastar a criança ou adolescente, vítima de abuso sexual, do convívio familiar.
- b) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
- c) Disciplinar, moralmente, crianças e adolescentes, atendendo aos bons costumes.
- d) Suspender, preventivamente, o poder familiar.
- e) Conduzir os pais até a delegacia, para as diligências necessárias à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE MARIANA PIMENTEL – RS.

PROVA DE CONHECIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE COMPÕE
O PROCESSO SELETIVO PARA ELEIÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR (MANDATO 2024-2027)
APLICADA EM 10.07.2023

NOME LEGÍVEL DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

GRADE DE RESPOSTAS

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E